

# **A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO (1952-1963): Estado, Poder e Luta de Classes**

Wilson Amaral de Araujo<sup>1</sup>  
Rita de Cássia Gomes Nascimento (orient.)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo relatar os resultados finais do estudo sobre a implantação e atuação da Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) no Maranhão (1952-1963) financiado por meio do Edital PRPGI N° 18/2024 - PIBIC Ensino Superior 2024/2025. A pesquisa partiu do levantamento das ações, dos sujeitos e o alcance no contexto da luta de classes e questão agrária no Maranhão, - a análise do programa proposto e suas intencionalidade político-ideológica. Partiu-se do quadro teórico em Antônio Gramsci (2001). Utilizou-se pesquisa histórica bibliográfica e documental, a partir de coleta de dados nos arquivos disponíveis em sítios virtuais, como é o caso da “Revista da Campanha Nacional de Educação Rural” que está disponível dos números 1 ao 10, publicados de 1954 a 1962, no Acervo e Repositório de História da Educação (ARA) do Grupo de Pesquisas em História da Educação da UFMT. Os resultados indicaram que a CNER, no Maranhão, seguindo uma tendência nacional foi atravessada por interesses diversos: do Estado brasileiro, das elites agrárias, da Igreja Católica e dos acordos internacionais com os Estados Unidos. A CNER defendia a ideia de que a população camponesa era assolada pela condição de carências extremas, por acomodar-se e manter-se como “peso morto” improdutivo, por isso defendia o assistencialismo-extensionista como uma metodologia salvacionista de formação dos camponeses.

**Palavras-Chave:** CNER, Maranhão, Educação Rural.

**Órgão Financiador:** IFMA/PRPGI

## **1 INTRODUÇÃO**

Investigar a história e a política da educação rural no Maranhão, com foco na Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) entre 1952 e 1963, faz-se importante por contribuir nos dados e registros sobre a memória camponesa no Maranhão e produção historiográfica da educação rural. Historicizando, sobretudo, como já citado, a educação rural enquanto política educacional elaborada, predominantemente, de forma verticalizada. Essa opção teórico metodológica permite que se evidencie uma crítica histórica capaz de contribuir para as reflexões sobre a história e memória de organização

---

<sup>1</sup> Estudante da Licenciatura em Ciências Agrárias do IFMA/ Campus São Luís Maracanã. Bolsista PIBIC/ IFMA. E-mail: wilson.amaral.trabalho@gmail.com

<sup>2</sup> Professora de Educação do IFMA/ Campus São Luís Maracanã nas Licenciaturas em Ciências Agrárias; e Licenciatura em Educação do Campo. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Diversidade e Prática Docente (NEDu/IFMA Maracanã); Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rita.nascimento@ifma.edu.br

das classes subalternizadas no Brasil, em especial no Maranhão, e suas relações com o território da educação/formação.

A CNER fora criada pelo Ministério da Educação e Cultura em 09 de maio de 1952 no contexto do 2º mandato de Getúlio Vargas como presidente da República. Porém, somente em 27 de março de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek é oficialmente regulamentada, passando a dispor de verbas próprias por meio dos Decretos nº 38.955 e nº 39.871 (RCNER, 1956, v. 3, p. 10 apud Barreiro, 2010). A partir de 1960, a CNER começa a entrar em decadência até encerrar em 1963, vésperas da instauração do golpe militar.

De abrangência nacional, esta campanha almejava a construção do "novo camponês". Assentava-se nos seguintes objetivos: a) investigar e pesquisar as condições económicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo; b) preparar técnicos para atender as necessidades da Educação de Base ou Fundamental; c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural, e que visam o bem comum; d) concorrer para a elevação dos níveis económicos da população rural por meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho; e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais; f) oferecer orientação técnica prestar auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas nos objetivos e finalidades da CNER (Barreiro, 2010).

Como objetivo geral, o estudo buscou analisar a Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) no Maranhão, no período de 1952 a 1963, abordando o programa proposto, as ações, os sujeitos e o alcance no contexto da luta de classes e questão agrária. De forma específica, buscou-se identificar o território de atuação da Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) no Maranhão, no período de 1952 a 1963. Em seguida, analisar as ações propostas pela CNER no Maranhão, bem como os fundamentos políticos e ideológicos de educação formal e informal para os camponeses nas décadas de 1950 e 1960. Além disso, contribuir no levantamento de registros de fontes históricas sobre a CNER no Maranhão, no sentido de reunir dados que contribuam com a historiografia da educação rural no Maranhão. E, por fim, relacionar a atuação da CNER no Maranhão com a questão agrária no Maranhão na segunda metade do século XX.

## **2 METODOLOGIA**

No tocante ao método de estudo, a pesquisa apoiou-se no materialismo histórico-dialético apoiando-se em pressupostos teóricos de Antônio Gramsci, filósofo italiano que viveu no início do século XX. Para tanto, intencionou estabelecer relações entre Educação, Classes Sociais e Estado, em seu sentido integral, bem como o papel dos intelectuais orgânicos na organização da vontade coletiva. Além disso, buscou apoiar-se, na concepção de História, Historiografia e questão camponesa, em Gramsci, no sentido de subsidiar as análises sobre a História da Educação Rural.

Partiu-se da noção ampliada de Estado a partir da perspectiva gramsciana, como uma relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, componentes fundamentais ao funcionamento da estrutura de poder estatal na disputa hegemonia (Gramsci, 2000). Rejeita-se, assim, a visão de estudo sobre o Estado limitada ao viés institucional ou como entidade “superior”, ou isolada, à sociedade que o produz e o molda.

Sobre os instrumentos de pesquisa, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental. Destacou-se o uso de documentos da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em sítios virtuais, como é o caso da “Revista da Campanha Nacional de Educação Rural” que está disponível dos números 1 ao 10, publicados de 1954 a 1962, no Acervo e Repositório de História da Educação (ARA) do Grupo de Pesquisas em História da Educação da UFMT ([ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ifmt.edu.br)). Diante disso, a coleta de dados se deu na observação nestes documentos de dados relativos ao Maranhão no contexto em estudo.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente trabalho trata sobre os resultados do estudo sobre a implantação e atuação da Campanha Nacional da Educação Rural (CNER) no Maranhão (1952-1963). A pesquisa partiu do levantamento das ações, dos sujeitos e o alcance no contexto da luta de classes e questão agrária no Maranhão, - a análise do programa proposto e suas intencionalidade político-ideológica. O Maranhão, a partir de 1950, torna-se centro de um processo mais geral de abertura de frentes de expansão agrícola - ocupação privada das terras por empresários, pecuaristas e especuladores que avançavam sob os territórios já trabalhados pelos camponeses (Barbosa & Almeida, 2013). As primeiras tentativas de

organizações camponesas no Maranhão iniciaram-se entre 1950 e 1960, a partir da mobilização nacional de trabalhadores rurais a favor da Reforma Agrária em encontros e congressos nacionais. Desta forma, em 1954, realizou-se a II Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, onde fora criada a Comissão Estadual de Reforma Agrária do Maranhão. Com o intermédio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de marxistas independentes (ou cristãos), em São Luís, a Comissão fora composta de intelectuais e estudantes (Sousa, 2010).

Nesse contexto, em 1952, foram criadas, no Maranhão, através da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Missões Rurais no Município de Bacabal e Pedreiras, além do Centro de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais em Coroatá. O processo organizativo nessa região ganhou destaque, nesse mesmo período, pelo fato de os camponeses desta região, organizados em sindicatos, terem desenvolvido uma campanha de massa pela Reforma Agrária, via encontros e atividades políticas e de classes, como fora a organização do “1º de Maio”, em 1962, na cidade de Coroatá (MA) (Sousa, 2010).

A Campanha abordava a educação rural sob o viés da educação para a produção agrícola sob o modelo ideal da *Educação de Base*, apregoadado internacionalmente, além disso assentava-se sob a chamada “pedagogia dos costumes” ao adentrar a instrução de saberes cotidianos e familiares. Desta forma, semelhante à perceptiva analítica lançada por Gramsci em seu *Caderno 22*, que tratando sobre o Americanismo e Fordismo, indicou que o processo de formação de sujeitos aliou a organização da produção, do trabalho e de uma cultura cotidiana para adaptação e consenso. Desta forma, identifica-se a tentativa de impor uma “moralidade” na vida camponesa que tentava moldar o gesto exterior e interior dos camponeses (Gramsci, 2000).

Além dos princípios formativos, os recursos, em sua maioria, eram definidos e ofertados por meio de acordos internacionais firmados com os Estados Unidos da América. É importante destacar que, desde 1945, fora firmado o primeiro convênio entre Ministério da Agricultura do Brasil e a *Inter-American Educational Foundation Inc.* (cooperação subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*, agência do governo estadunidense) que objetivava aperfeiçoar o ensino de técnicas agrícolas aos países periféricos. Tal questão escamoteava-se sob um discurso de aproximação interamericana de ajuda técnica e humanitária, através do intercâmbio de ideais e métodos pedagógicos entre os países via *Programa Truman à América do Sul*, chamado *Ponto IV*, com o envio de técnicos para examinar as necessidades de cada país, por se considerar um auxílio mais

eficiente, como meio de combater ao comunismo, cuja infiltração chegou, em certo momento, a preocupar seriamente os líderes democráticos (MENDONÇA, 2007; 2010).

Sobre o Maranhão, a publicação localizou como Missões Rurais em 1954, em Bacabal, mais especificamente em IPIXUNAL, município localizado a 247 km de São Luís, capital do estado. Não foram encontrados as descrições sistematizadas das equipes de trabalho, apenas a do 1º semestre de 1959, constituída por: Médico: Carlos Alberto Ribeiro de Melo; Agrônomo: José David de Castro; Assistente Social: Cléa Maranhão Gomes de Sá Pestana; Enfermeira: Maria de Lourdes Albuquerque Costa; Auxiliar Administrativo: José de Ribamar, Motorista: Lauro Bulhões. (Revista, 1959, p. 303).

Em 1954, a Missão Rural da CNER/ Maranhão foi transferida de Bacabal para Coroatá motivada por “conveniência de atividades, quanto a localização da equipe” (Revista, 1959, p. 87). Segundo os dados, parte significativa dos recursos, Cr\$ 700.000,00, eram realocadas, através de acordo, com a Diocese de São Luis (Revista, 1959, p. 96). Em 1955, observa-se o desenvolvimento, através de Projeto, Missão rural em Pedreiras. (1959, p. 119).

A Revista da CNER (1954), localiza o *Centro de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais* em Coroatá, que fica a 248 km da capital do Maranhão. O objetivo do Centro de Treinamento era preparar os professores de forma prática no sentido de desenvolver a chamada Educação de Base. O Centro de Treinamento ofertava cursos informais intensivos, com duração média de 04 a 06 meses, em regime de internato. A ideia é que os alunos-professores, recrutados pelas equipes das Missões Rurais da CNER, aprendessem técnicas de ensino agrícola, além de saberes relativos à instrução de costumes ou educação sanitária. Segundo o relatório presente na Revista de 1955, “Depois de treinados, voltam os professores as suas escolas compreendendo e desenvolvendo melhor seu papel de *civilizadores* junto às comunidades e de *mestres* junto aos seus alunos” (Revista, 1955, p. 180). Além disso, cita que

“Assim, em Alagoas, na Bahia, no Ceará, no **Maranhão**, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, a Campanha Nacional de Educação Rural mantém e desenvolve cursos dessa natureza, através dos quais já preparou e adestrou às suas lideranças rurais centenas de professores” (Revista, 1955, p. 181 – grifo nosso).

No primeiro semestre de 1958, fora anunciada a criação de um “Centro de Treinamento de Professores Rurais de formação de mestres Rurais” em convenio com a

Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Segundo citado na Revista da CNER de 1958, o Plano do Centro já havia sido elaborado e aprovado pelas entidades, além da construção do prédio que o abrigasse. O documento relatou que o governo do Estado do Maranhão teria solicitado recursos para tal junto à *Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia* (Revista, 1958, p. 85). Os cursos previstos estavam destinados à três tipos de públicos: “a) professores leigos, municipais, estaduais e particulares; b) regentes do ensino primário; c) professores normalistas primários” (Revista, 1958, p. 86).

Em 1958, no segundo semestre, segundo determinação do Ministério da Educação e Cultura, ações foram desenvolvidas por todas as missões rurais da CNER chamada de “Campanha das Árvores” ou “Festa da Árvore” ocorrida em setembro, considerado o mês da primavera. Foram convidados a participar/ apoiar prefeitos municipais, escolas, jornais, emissoras de rádio, etc. Como motivos colocados para essa atividade nacional e localmente são colocados a questão do “desflorestamento”, derrubada de árvores nas margens dos rios e o perigo de retorno das secas que impulsionaram o êxodo e migração rural (Revista, 1958).

**Foto 4: “Campanha das Árvores” na Missão Rural do Vale do Mearim**



Uma bela foto enviada pela Missão Rural do Vale do Mearim, Maranhão. A Festa das Árvores”, no Grupo Escolar Rural de Lima Campos.

Fonte: (REVISTA, 1958, p. 20)

No Maranhão, a Missão Rural do Vale do Mearim destacou que pela primeira vez a “comemoração da árvore” transpôs de um único dia para todo o mês de setembro daquele ano. O trabalho se deu em duas etapas, a saber: “1º Visitas às escolas das sedes e dos distritos dos municípios de Pedreiras e circunvizinhos, cartas circulares enviadas aos Prefeitos, etc; 2ª Plantio de Mudas, em solenidades escolares e populares” (Revista, 1958, p. 19).

A Campanha abordava a educação rural sob o viés da educação para a produção agrícola sob o modelo ideal da *Educação de Base*, apregoadado internacionalmente, além disso assentava-se sob a chamada “pedagogia dos costumes” ao adentrar a instrução de saberes cotidianos e familiares. Desta forma, semelhante à perceptiva analítica lançada por Gramsci em seu *Caderno 22*, que tratando sobre o Americanismo e Fordismo, indicou que o processo de formação de sujeitos aliou a organização da produção, do trabalho e de uma cultura cotidiana para adaptação e consenso. Desta forma, identifica-se a tentativa de impor uma “moralidade” na vida camponesa que tentava moldar o gesto exterior e interior dos camponeses (Gramsci, 2000).

Além dos princípios formativos, os recursos, em sua maioria, eram definidos e ofertados por meio de acordos internacionais firmados com os Estados Unidos da América. É importante destacar que, desde 1945, fora firmado o primeiro convênio entre Ministério da Agricultura do Brasil e a *Inter-American Educational Foundation Inc.* (cooperação subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*, agência do governo estadunidense) que objetivava aperfeiçoar o ensino de técnicas agrícolas aos países periféricos. Tal questão escamoteava-se sob um discurso de aproximação interamericana de ajuda técnica e humanitária, através do intercâmbio de ideais e métodos pedagógicos entre os países via *Programa Truman à América do Sul*, chamado *Ponto IV*, com o envio de técnicos para examinar as necessidades de cada país, por se considerar um auxílio mais eficiente, como meio de combater ao comunismo, cuja infiltração chegou, em certo momento, a preocupar seriamente os líderes democráticos (Mendonça, 2007; 2010).

## 7 CONCLUSÕES

A importância de estudos de História que busquem a compreensão da complexidade das relações Terra, Estado, Saber e Poder no contexto capitalista no Maranhão faz-se importante, uma vez que, este Estado é o 3º do país com maior número de conflitos agrários, segundo a Pastoral da Terra. Em 2022, o Maranhão registrou 102 áreas de conflitos e sete mortes devido as disputas de terra no campo, ficando atrás apenas do Amazonas, com 110 casos e de Mato Grosso, com 118 (CPT, 2023). Com isso, buscase fortalecer estudos que contribuam com a memória histórica e política do campesinato no Maranhão, sobretudo das marcas de resistência no contexto das relações de poder e dominação.

A CNER no Maranhão foi implantada de forma centralizada, com pouca participação das comunidades locais. Isso refletia uma lógica de intervenção externa, marcada por valores urbanos e religiosos que buscavam “civilizar” o homem do campo.

A campanha foi atravessada por interesses diversos: do Estado brasileiro, das elites agrárias, da Igreja Católica e dos acordos internacionais com os Estados Unidos. Essas mediações revelam uma disputa ideológica sobre o papel da educação rural no projeto de desenvolvimento nacional.

Observou-se, entre outros elementos, a articulação entre o Estado restrito com o imperialismo estadunidense e seu projeto de domínio via educação cimentados através de acordos bilaterais, bem como a sociedade civil nesse processo através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia da classe hegemônica e das classes subalternas.

A CNER defendia a ideia de que a população camponesa era assolada pela condição de carências extremas, por acomodar-se e manter-se como “peso morto” improdutivo, por isso defendia o assistencialismo-extensionista como uma metodologia salvacionista de formação dos camponeses. Era vista como meio de inculcar nas crianças, em tenra idade, atitudes e valores do labor intenso e criativo, onde a garantia de melhores condições de vida era sua responsabilidade. Desviava, portanto, a culpa pela produção histórica da miséria social no campo maranhense para uma suposta falta de vontade de homens “ignorantes e bárbaros”. Definia-se, portanto, que este estado era fruto da ausência de cultura civilizatória.

## 8 AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à instituição financiadora pela concessão da bolsa de pesquisa, que foi fundamental para o desenvolvimento do projeto intitulado “A Campanha Nacional de Educação Rural no Maranhão (1952-1963): Estado, Poder e Luta de Classes”. Agradecer, de forma especial, o apoio recebido por meio do Edital PRPGI Nº 18/2024 - PIBIC Ensino Superior 2024/2025 ao fomento da Bolsa pelo IFMA/PRPGI. Esta pesquisa possibilitou a realização de estudos documentais sobre história da educação rura, acesso a fontes históricas relevantes, além da ampliação do meu envolvimento com a produção científica.

## 9 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zulene Muniz & ALMEIDA, Desni Lopes. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “**Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro**”. Londrina - UEL: 10 a 13/09/2013. Consultado em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4\\_zulene\\_e\\_desni\\_GIV.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf)

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Educação rural capitalista: a contradição a educação de classe popular e a educação modernizadora na Campanha Nacional de Educação Rural**. Campinas, Dissertação de Mestrado-UNICAMP, 1989. Disponível em:

\_\_\_\_\_. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. <<http://books.scielo.org>>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (volume 2).

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (volume 1).

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. **ESTADO NOVO E EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: O projeto de ruralização das escolas municipais, em São Luís.** / Rita de Cássia Gomes Nascimento. – (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Educação/ UFMA.São Luís, 2010.

\_\_\_\_\_. **A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO (1952-1963): origem e contradições sócio-política**. XXIX Simpósio Nacional de História, ANPUH, Brasília, 2017.

RCNER. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 1, 1954. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 2, 1955. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 3, 1956. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 4, 1956. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 5, 1957. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 6, 1958. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 7, 1958. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 8, 1959. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 9, 1960. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_. Campanha Nacional de Educação Rural. Revista da Campanha Nacional de Educação Rural, nº 10, 1961/1962. Disponível em [ARA \(ifmt.edu.br\)](http://ARA.ifmt.edu.br). Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

SOUSA, Baltazar Macaíba. “Conflitos de terra e sindicatos rurais no Maranhão (1950 a 1964). In: CARVALHO, Claunísio Amorim (org.). **Pergaminho Maranhense**: estudos históricos. São Luís: Café & Lápis, 2010.